



Entre a vulnerabilidade social e o êxito escolar: o impacto dos auxílios alimentação na permanência dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins em 2024

Luciano Tavares Rabelo Calafate

(Instituto Federal do Tocantins – IFTO / luciano.calafate@ifto.edu.br)

Alessandra Ruita Santos Czapski

(Universidade Estadual do Tocantins – Unitins / alessandra.rs@unitins.br)

RESUMO:

Este estudo teve como objetivo analisar o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência e no êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) em 2024. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva, bibliográfica e documental, adotando uma abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos por meio de fontes institucionais oficiais do IFTO, incluindo o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), editais de auxílios e relatórios de acompanhamento, com a análise focada em 3.370 estudantes beneficiários. Os resultados indicam que os Auxílios Alimentação desempenham um papel fundamental na superação das adversidades socioeconômicas enfrentadas por um público predominantemente vulnerável, proveniente de escolas públicas e com baixa renda per capita. Observou-se uma alta frequência média anual e uma significativa taxa de alunos matriculados e concluídos, sugerindo que o suporte material, especialmente o alimentar, é um pilar estratégico que contribui diretamente para a dignidade, concentração nos estudos e fortalecimento do vínculo institucional, sendo crucial para a permanência e o êxito acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil, Educação, Instituto Federal, PNAES, Vulnerabilidade Social.

1. Instruções para Elaboração de Artigos Científicos

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira tem testemunhado avanços significativos na democratização do acesso ao ensino, em especial nas instituições federais. No entanto, o desafio central para o sistema educacional transcendeu a mera entrada de estudantes para focar na sua permanência e, principalmente, no seu êxito escolar. A evasão escolar, um fenômeno complexo e multifacetado, é frequentemente motivada por uma intersecção de fatores socioeconômicos, estruturais e subjetivos, afetando desproporcionalmente os estudantes em situação de vulnerabilidade social. Este cenário sublinha a necessidade imperativa de ações concretas de apoio, das quais a assistência estudantil emerge como um mecanismo estratégico.

Conforme Arroyo (2012), a compreensão do estudante como um sujeito histórico, moldado por múltiplas determinações sociais que influenciam sua trajetória acadêmica, é fundamental. Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil assumem um papel vital na luta por equidade e justiça educacional, buscando garantir que os estudantes não apenas ingressem, mas permaneçam e concluam seus estudos com a qualidade necessária. Programas de apoio, que englobam auxílios financeiros, moradia, transporte e alimentação, configuram-se como ferramentas essenciais para mitigar desigualdades e os impactos da precariedade vivenciada por muitos discentes, como argumentado por Frigotto (2010), que enfatiza a necessidade de a escola considerar a realidade concreta de seus alunos. Estudos como os de Nogueira e Catani (1998) corroboram essa perspectiva, demonstrando uma correlação positiva entre investimentos em políticas de assistência estudantil e a redução das taxas de evasão, bem como o aumento da conclusão de cursos em instituições federais.

Considerando a materialização dessas políticas em realidades institucionais específicas, este artigo se volta para o IFTO onde a assistência estudantil, ofertada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constitui uma das principais estratégias para apoiar estudantes em situação de vulnerabilidade e conter a evasão escolar. O público atendido, muitas vezes, enfrenta dificuldades como insegurança alimentar, o que reforça a urgência de ações institucionais integradas. A esse respeito, Arroyo (2012) salienta que a escola pública, ao se comprometer com os sujeitos oriundos das camadas populares, deve reconhecê-los não apenas como estatísticas de acesso, mas como indivíduos com trajetórias de vida que merecem ser acolhidas, valorizadas e incorporadas ao processo educativo, exigindo políticas que garantam não apenas a presença física, mas a construção de vínculos pedagógicos, culturais e sociais capazes de promover uma educação verdadeiramente transformadora.

Dada a relevância dos auxílios de apoio, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência dos estudantes do IFTO em 2024?

A partir dessa questão central, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência dos estudantes do IFTO em 2024, buscando compreender em que medida tais auxílios contribuem para o enfrentamento da vulnerabilidade social e para a promoção da permanência e do êxito escolar.

Para alcançar este objetivo, o artigo está estruturado da seguinte forma: a seção subsequente apresenta o referencial teórico, abordando os conceitos de vulnerabilidade social, êxito escolar e o papel da assistência estudantil. Em seguida, são detalhados os procedimentos metodológicos, caracterizando a pesquisa como exploratória, descritiva, bibliográfica e documental, com uma abordagem quantitativa. A quarta seção expõe os resultados e discussões, com base nos dados levantados, oferecendo um panorama do perfil dos beneficiários e dos indicadores de permanência. Por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando os principais achados e suas implicações para o aprimoramento das políticas institucionais de permanência estudantil.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo que engloba fatores econômicos, sociais, culturais e subjetivos, os quais limitam a plena participação dos indivíduos em espaços sociais, como a escola. Castel (1998) destaca que a exclusão contemporânea vai além do desemprego, atingindo os vínculos sociais e fragilizando os mecanismos de inclusão. Sawaia (2009) complementa que a vulnerabilidade social configura-se como a exposição das pessoas a riscos sociais que ultrapassam o mero fato econômico, revelando impactos também na dimensão subjetiva do sujeito.

A escola reflete de maneira evidente os efeitos da vulnerabilidade social. Para Bourdieu e Passeron (1975), o sistema educacional contribui para a reprodução das desigualdades sociais, ao valorizar o capital cultural das elites em detrimento dos grupos populares. Segundo os autores, a escola funciona como um mecanismo de reprodução social perpetuando exclusões históricas.

A relação entre os estudantes vulneráveis e o saber escolar também é atravessada por suas condições sociais. De acordo com a perspectiva de Charlot (2000), a apropriação do saber não ocorre no vácuo; ela é intrínseca à história pessoal do estudante e às barreiras externas que ele enfrenta.

Sob essa ótica, a condição de vulnerabilidade social atua como um complicador que exige do aluno um esforço duplo: o domínio do conteúdo acadêmico e a superação de carências cotidianas que frequentemente o afastam do ambiente escolar..

O vínculo com a escola é outro aspecto crucial. Ramos e Gonçalves Junior (2024) destaca que a permanência escolar depende do reconhecimento e valorização do aluno dentro da instituição. A simples presença física não garante o engajamento, sendo necessário um ambiente que favoreça a construção de laços afetivos e sociais. A ausência desse vínculo frequentemente resulta em evasão escolar, agravando o ciclo da exclusão social.

No contexto do ensino, a vulnerabilidade social representa um desafio à permanência e ao sucesso acadêmico. Nogueira e Catani (1998) ressaltam o papel estratégico da assistência

estudantil na promoção da equidade, ainda que tais políticas enfrentem limitações. A efetividade dessas ações depende de sua adequação às necessidades reais dos estudantes.

A assistência estudantil, nesse cenário, torna-se um instrumento de enfrentamento das desigualdades, atuando tanto na mitigação das carências materiais quanto no fortalecimento da trajetória acadêmica. Nesse contexto, os programas de assistência estudantil emergem como ferramentas estratégicas de combate à evasão. Estudos indicam que tais políticas são essenciais para garantir as condições materiais para a permanência, democratizando o acesso e, principalmente, o sucesso no ensino superior (Zago, 2006).

Frigotto (2010) adverte que a escola pode ser produtora de desigualdades, ao adotar práticas que desmotivam estudantes em contextos de vulnerabilidade.

Finalmente, a superação da vulnerabilidade social exige ações articuladas entre políticas públicas e práticas escolares que respeitem a diversidade, favoreçam o pertencimento e garantam condições reais de permanência e êxito escolar, conforme defendido por Arroyo (2012), que destaca a importância de abordagens sensíveis às histórias de vida dos estudantes.

2.2. Êxito escolar

O êxito escolar é um processo complexo que ultrapassa a obtenção de boas notas, abrangendo permanência, aprendizagem significativa e apropriação do conhecimento. Esse fenômeno é atravessado por múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais e pedagógicas, sendo fundamental compreendê-lo no contexto das desigualdades sociais.

Para Charlot (2000), a relação com o saber, construída a partir das experiências de vida e das condições sociais dos estudantes, é elemento essencial na constituição do êxito escolar. O saber escolar não é um dado neutro: ele está relacionado à história de vida do sujeito, às suas práticas sociais e ao lugar que ocupa na sociedade. Assim, o êxito não se define apenas por resultados, mas pelos sentidos atribuídos à aprendizagem.

Bourdieu e Passeron (1975) ressaltam que a escola tende a legitimar desigualdades sociais ao valorizar o capital cultural das classes dominantes. Nesse sentido, o currículo escolar opera uma forma de “violência simbólica” que prejudica o desempenho dos estudantes das classes populares. Logo, o êxito não pode ser interpretado como fruto exclusivo do mérito individual, pois está profundamente condicionado pelas estruturas sociais.

No contexto brasileiro, Frigotto (2010) afirma que, embora a escola pública tenha um papel democratizador, ela frequentemente falha ao não garantir igualdade de condições para o aprendizado. A culpabilização dos estudantes pelo próprio fracasso ignora os fatores estruturais os quais limitam seu desenvolvimento, reforçando injustiças históricas. Por isso, é necessário construir uma escola que reconheça e dialogue com a diversidade social dos alunos.

Nesse processo, o currículo desempenha papel central. Candau (2008) propõe uma abordagem que incorpore saberes e práticas culturais plurais, pois currículo, conhecimento e cultura são dimensões indissociáveis na construção da identidade escolar. Um currículo

inclusivo e contextualizado fortalece a identificação do estudante com o processo educativo, contribuindo para o êxito.

O vínculo escolar também é determinante. Ramos e Gonçalves Junior (2024) destacam que o vínculo escolar é condição essencial para que o estudante se comprometa com a aprendizagem e com sua trajetória escolar. Esse vínculo se constrói a partir de relações de respeito, afeto e valorização da história dos alunos, criando um ambiente propício ao envolvimento e à motivação.

Outro elemento relevante é a avaliação. Segundo Luckesi (2002, p. 7):

O ato de avaliar, devido estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a disposição de acolher. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, agradável ou desagradável, bonita ou feia.

O autor critica os modelos avaliativos punitivos e defende uma avaliação emancipadora, que oriente o estudante em sua jornada de aprendizagem. Dessa forma, a avaliação deve ser um instrumento de inclusão e não uma barreira ao êxito.

Na jornada acadêmica, a assistência estudantil desempenha papel essencial para a permanência e sucesso de estudantes em situação de vulnerabilidade.

O êxito escolar também depende de políticas de suporte que envolvam alimentação, moradia e transporte, além de aspectos subjetivos como autoestima e motivação. Adicionalmente, é crucial valorizar as trajetórias escolares plurais, reconhecendo-as como legítimas no processo de aprendizagem, o que permite que o êxito se manifeste também nos pequenos avanços e resistências do cotidiano (Arroyo, 2012).

Conclui-se que o êxito escolar é resultado de um processo coletivo, sensível às condições estruturais, culturais e emocionais dos estudantes. Superar uma concepção meritocrática exige práticas inclusivas, currículos dialógicos, avaliações formativas e políticas públicas que assegurem o direito à aprendizagem com dignidade e pertencimento.

2.3. Auxílios da assistência estudantil

A institucionalização da assistência estudantil se deu com o PNAES, criado em 2008, com o intuito de democratizar o ensino superior. O IFTO adapta suas ações com base nesse programa, oferecendo auxílios regulares como financeiro, alimentação, moradia, emergencial, dentre outros, como transporte e diárias para eventos culturais e esportivos, material didático e creche. Esses auxílios são decisivos, sobretudo para estudantes oriundos de zonas rurais ou de baixa renda, cujas trajetórias, segundo Arroyo (2012), não seguem um percurso linear e são marcadas por rupturas e desafios.

As trajetórias educacionais, conforme aponta Arroyo (2012), são frequentemente marcadas por descontinuidades, especialmente para aqueles que ingressam no ensino vindos de contextos de exclusão.

Essa realidade de rupturas é agravada pelo que Bourdieu e Passeron (1975) definem como o "habitus escolar das elites", onde a instituição tende a privilegiar padrões culturais que não correspondem à vivência dos estudantes das camadas populares.

Para contrapor essa tendência reprodutora de desigualdades, os auxílios do PNAES no IFTO funcionam como mecanismos de justiça, buscando equilibrar as condições de permanência entre diferentes perfis socioeconômicos. Contudo, enfrentam entraves como orçamento limitado, excesso de burocracia e estigmatização dos beneficiários.

A discussão ganha profundidade com Castel (1998), ao relacionar vulnerabilidade social à fragilização dos vínculos. O autor defende que a exclusão é multifacetada e exige ações públicas que resgatem a dignidade. Nesse sentido, os auxílios do IFTO são respostas institucionais à evasão escolar e à marginalização de estudantes vulneráveis.

Além dos recursos materiais, é necessário considerar o sofrimento psíquico e os sentimentos de fracasso enfrentados pelos discentes. A permanência não depende apenas de recursos materiais, mas do fortalecimento dos vínculos afetivos e simbólicos com a escola (Ramos; Gonçalves Junior, 2024). Os atendimentos psicopedagógicos e o apoio emocional oferecido pelos setores de assistência são, assim, estratégicos.

Avaliar a efetividade dos auxílios exige ir além dos dados quantitativos. Para Luckesi (2002), a avaliação deve ser formativa, acompanhando o desenvolvimento integral do estudante e orientando intervenções mais sensíveis à sua realidade.

3. Método de Pesquisa

O desenvolvimento deste estudo se ancora na importância da produção científica como instrumento de compreensão e intervenção na realidade social. No âmbito acadêmico, a pesquisa contribui para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, ao fornecer subsídios para o aprimoramento da assistência estudantil como estratégia de combate à evasão escolar. A sistematização da metodologia, nesta seção, visa explicitar os caminhos adotados para alcançar os objetivos propostos, com clareza quanto aos métodos, instrumentos e técnicas utilizados.

3.1. Tipos de pesquisas

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva, bibliográfica e documental. A pesquisa é exploratória por buscar compreender, de maneira mais aprofundada, os impactos dos auxílios alimentação na permanência escolar, especialmente no contexto do IFTO em 2024. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa é indicado quando se deseja proporcionar maior familiaridade com o problema estudado.

É também descritiva, pois visa observar, registrar e analisar, sem manipulação, os fenômenos relacionados à assistência estudantil e sua relação com a vulnerabilidade social. Além disso, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que se apoia em obras de autores como Bourdieu e Frigotto, e documental, pois utiliza dados extraídos de documentos

institucionais, como a Política Nacional de Assistência Estudantil, relatórios de gestão do IFTO, editais de programas de assistência e informações do SUAP.

3.2. Abordagem do estudo

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, uma vez que busca mensurar e analisar, por meio de dados objetivos — como a manipulação de frequências e o resultado do desempenho escolar anual — o impacto dos auxílios alimentação na permanência dos estudantes do IFTO no ano de 2024. A abordagem quantitativa permite a obtenção de informações precisas, a partir da coleta sistemática de dados numéricos, com o objetivo de identificar padrões, frequências e relações estatisticamente verificáveis entre as variáveis envolvidas.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa quantitativa fundamenta-se na objetividade dos dados, possibilitando a generalização dos resultados para a população-alvo, desde que observados os critérios de validade e confiabilidade na amostragem e na aplicação dos instrumentos. Neste estudo, a abordagem quantitativa se mostra apropriada, pois visa analisar variáveis como número de estudantes beneficiados, quantidade de meses dos auxílios concedidos e taxas de permanência associadas ao recebimento desses benefícios.

3.3. População, amostra e amostragem

A população da pesquisa é composta pela análise documental dos estudantes regularmente matriculados nos diversos campi do IFTO em 2024 que foram contemplados pelo auxílio alimentação.

A amostra foi selecionada por meio de amostragem não probabilística por conveniência, considerando como critérios principais a disponibilidade de acesso aos dados, a abrangência institucional e a representatividade de diferentes campi e modalidades de auxílio, sejam eles parciais ou totais. Esse tipo de amostragem é apropriado quando o pesquisador opta por elementos acessíveis e que atendam ao objetivo da investigação (Lakatos; Marconi, 2017).

3.4. Instrumento de coleta de dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos exclusivamente por meio de fontes institucionais oficiais e bases de dados secundárias, com foco na mensuração de indicadores objetivos relacionados à permanência escolar e à situação socioeconômica dos estudantes.

As informações quantitativas foram extraídas do SUAP, utilizado pelo IFTO como plataforma oficial de registro acadêmico e administrativo. Dentre os dados coletados, destacam-se: frequência às aulas, notas semestrais, índice de rendimento acadêmico anual, situações de evasão, permanência como matriculado e conclusão de curso. Esses indicadores permitiram a análise direta da trajetória escolar dos estudantes beneficiários dos auxílios da assistência estudantil.

Além disso, foram consultados editais de concessão de auxílios, relatórios de pagamentos e relatórios de acompanhamento estudantil elaborados pelas coordenações de assistência estudantil de cada campus, com destaque para os registros realizados pelas equipes técnicas, sobretudo os assistentes sociais, responsáveis pela avaliação socioeconômica dos discentes.

As informações sobre a condição de vulnerabilidade social dos estudantes foram obtidas por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado com base nos dados apresentados pelos próprios estudantes no formulário de caracterização social durante os processos de inscrição nos editais de auxílio. O IVS leva em consideração critérios como renda familiar, composição do núcleo familiar, condições de moradia, localização geográfica e acesso a serviços essenciais. Após a conferência documental realizada pelas equipes técnicas, esses dados passam a compor o banco de informações oficiais da instituição.

Dessa forma, a coleta de dados nesta pesquisa fundamenta-se em registros já existentes, auditáveis e sistematicamente organizados, o que assegura maior confiabilidade, precisão estatística e aderência aos princípios éticos e legais da pesquisa científica em contextos educacionais.

3.5. Forma de análise

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas, com o objetivo de sintetizar as informações e possibilitar uma visualização clara dos resultados. As informações foram apresentadas por meio de tabelas e gráficos elaborados com o auxílio de ferramentas de análise estatística (como Excel ou software estatístico compatível), permitindo identificar possíveis correlações entre os auxílios alimentação recebidos e os indicadores de permanência escolar dos discentes.

A escolha por métodos quantitativos visou garantir objetividade e precisão na análise dos dados, possibilitando a obtenção de evidências empíricas sobre a efetividade das políticas de assistência estudantil do IFTO no ano de 2024.

4. Análise dos Resultados

Para compreender o contexto da vulnerabilidade social dos estudantes do IFTO em 2024, foram analisados dados de 3.370 estudantes beneficiários – sendo 1.559 (46,3%) do sexo masculino e 1.811 (53,7%) do sexo feminino – possibilitando uma análise aprofundada dos diversos gráficos referentes ao perfil, bem como à dinâmica dos auxílios concedidos.

Este panorama multifacetado corrobora o objetivo central desta pesquisa: compreender o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência e no êxito escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

A análise da distribuição etária, apresentada no Gráfico 1, demonstra uma expressiva concentração de estudantes nas faixas etárias mais jovens, que compreendem o final da

adolescência e o início da vida adulta. Este perfil demográfico evidencia que o público majoritário se encontra em uma fase crucial de transição e formação acadêmica e pessoal.

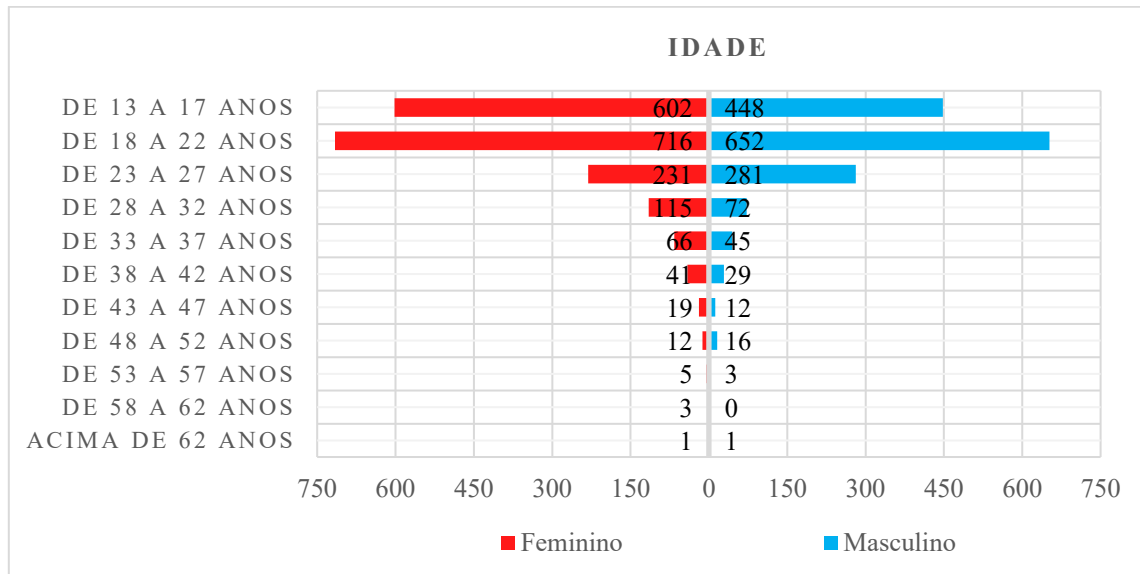


Gráfico 1. Idade dos beneficiários do IFTO em 2024.
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Tais dados corroboram que a transição para a vida adulta, marcada pela busca gradual por autonomia, expõe os estudantes a maiores vulnerabilidades socioeconômicas, comprometendo diretamente sua capacidade de permanência e êxito. Nesse contexto, direcionar os auxílios a este público não apenas valida a pertinência da política de assistência, mas a consolida como um mecanismo indispensável para a mitigação da evasão.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição dos estudantes por raça/cor, evidenciando o perfil étnico do corpo discente.

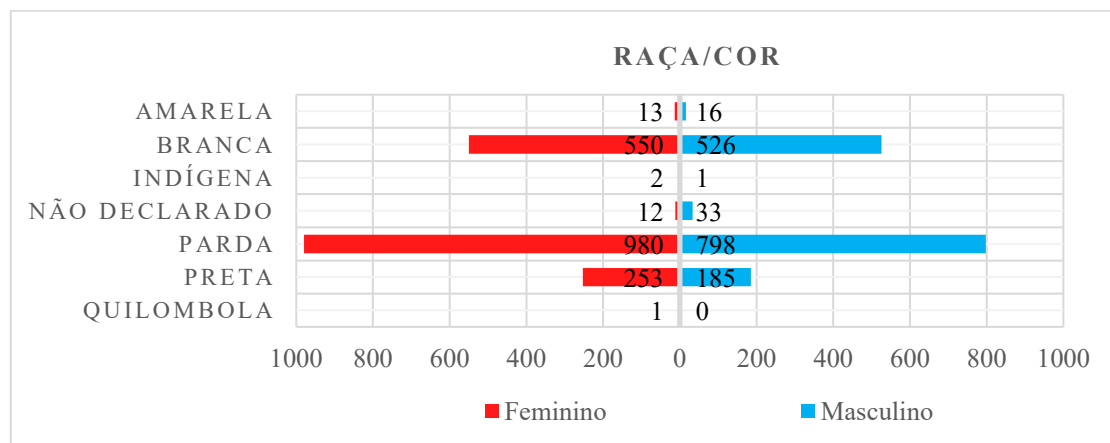


Gráfico 2. Raça/Cor dos beneficiários do IFTO em 2024.
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A predominância de estudantes pardos e brancos, seguida por pretos, revela a composição étnico-racial da instituição. Programas de auxílio, como o Auxílio Alimentação,

são fundamentais para promover a equidade e reduzir as desigualdades sociais que afetam desproporcionalmente certos grupos raciais.

A efetividade da política depende da articulação entre setores institucionais e da escuta ativa dos estudantes. O desafio da permanência exige ações integradas, sensíveis à diversidade de experiências estudantis, de acordo com Nogueira e Catani (1998). No IFTO, esse trabalho ocorre por meio de comissões multidisciplinares, como por exemplo os NEABIs (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas).

Conforme o Gráfico 3, apenas 55 beneficiários possuem alguma deficiência.

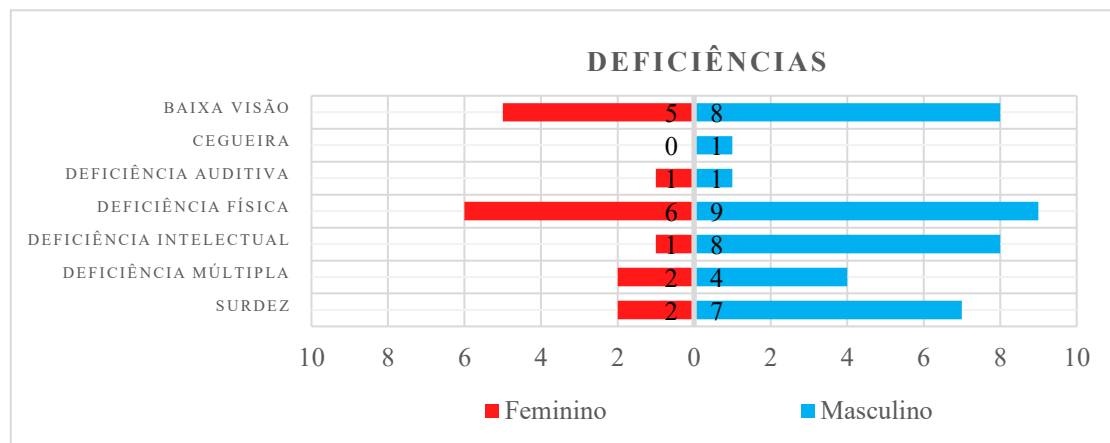


Gráfico 3. Deficiências dos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A presença de estudantes com deficiências, com destaque para a física, intelectual e surdez, evidencia a necessidade de apoio adaptado. Para esses estudantes, os auxílios financeiros, incluindo os de alimentação, são vitais para mitigar barreiras adicionais e assegurar sua permanência e inclusão, combatendo a vulnerabilidade social em suas múltiplas dimensões.

Mais do que apoio financeiro, os auxílios têm função simbólica, pois reafirmam o pertencimento do estudante ao espaço escolar. Charlot (2000) aponta que a relação com o saber está ligada ao reconhecimento social que o estudante recebe. Nesse sentido, a assistência estudantil no IFTO contribui para a construção de identidades e trajetórias de sucesso escolar ao garantir condições básicas para o processo educativo.

Os dados de origem escolar (Gráfico 4) reforçam a tese de Charlot (2000) sobre a influência da trajetória prévia no êxito escolar.

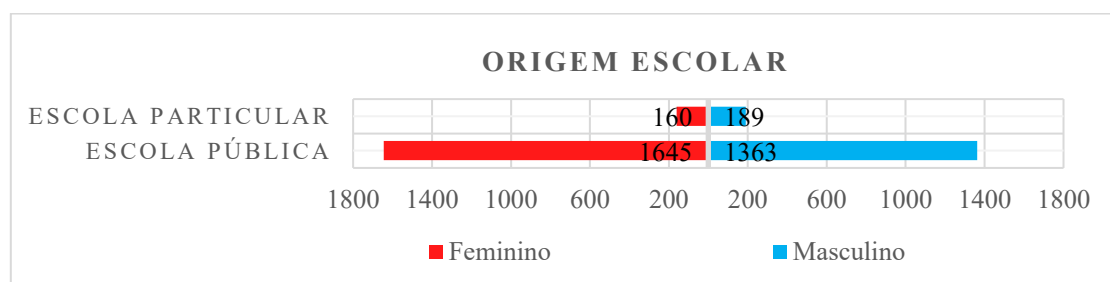


Gráfico 4. Origem escolar dos beneficiários do IFTO em 2024.
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O expressivo contingente de estudantes oriundos de escolas públicas (1.645 do sexo feminino e 1.363 do masculino) evidencia o mandato social do IFTO ao atender um público inerentemente mais exposto à vulnerabilidade social. Essa origem, somada a outros fatores, torna os auxílios essenciais para a permanência e a minimização das desigualdades que podem levar à evasão, garantindo o êxito escolar.

Ao observar que a maioria dos beneficiários provém da rede pública e possui baixa renda per capita, nota-se que o Auxílio Alimentação é o que permite a esses jovens "negociar" com suas adversidades cotidianas, transformando a presença física em engajamento acadêmico real.

A análise da condição de moradia, conforme o Gráfico 5, revela que grande parte dos estudantes reside em imóveis próprios, muitas vezes oriundos de programas habitacionais, mas um número significativo vive em imóveis alugados ou cedidos.

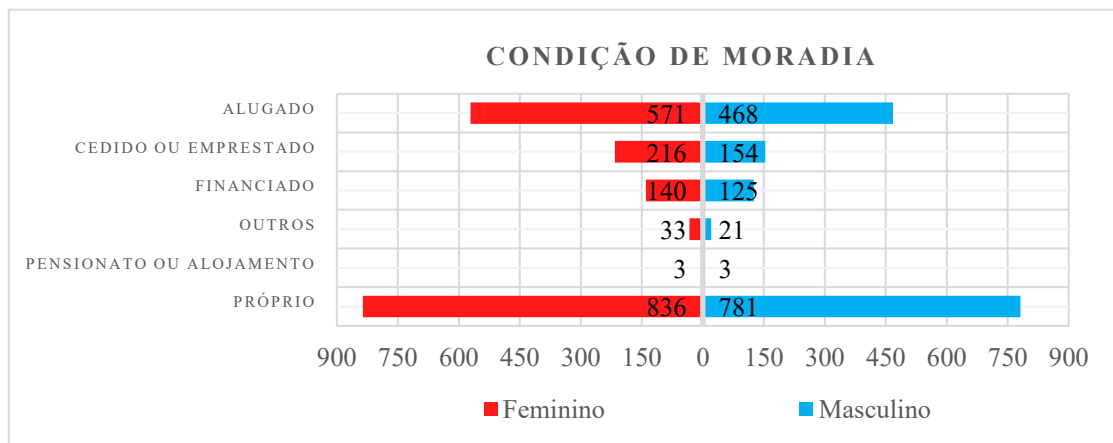


Gráfico 5. Condição de moradia dos beneficiários do IFTO em 2024.
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A instabilidade habitacional ou o peso do aluguel pode agravar a vulnerabilidade social e financeira do estudante e sua família.

Em relação à área de residência dos estudantes, de acordo com o Gráfico 6, a pesquisa revela uma expressiva concentração em zonas urbanas, representando 91,9% do total.

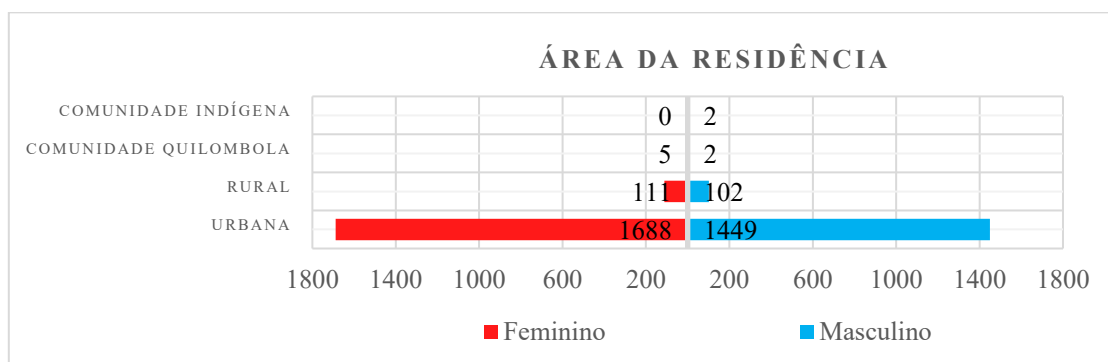


Gráfico 6. Área residencial dos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em contraste, observa-se uma baixa representatividade de estudantes provenientes de áreas rurais (213), comunidades quilombolas (7) e indígenas (2), o que sugere possíveis barreiras de acesso geográficas, informacionais ou estruturais que dificultam a participação desses grupos na política de assistência estudantil. Esses dados indicam a necessidade de estratégias específicas para ampliar o alcance do programa junto a comunidades tradicionalmente excluídas.

O Gráfico 7 demonstra a concentração de núcleos familiares com 3 a 5 pessoas, indicando uma realidade em que a renda per capita pode ser diluída.

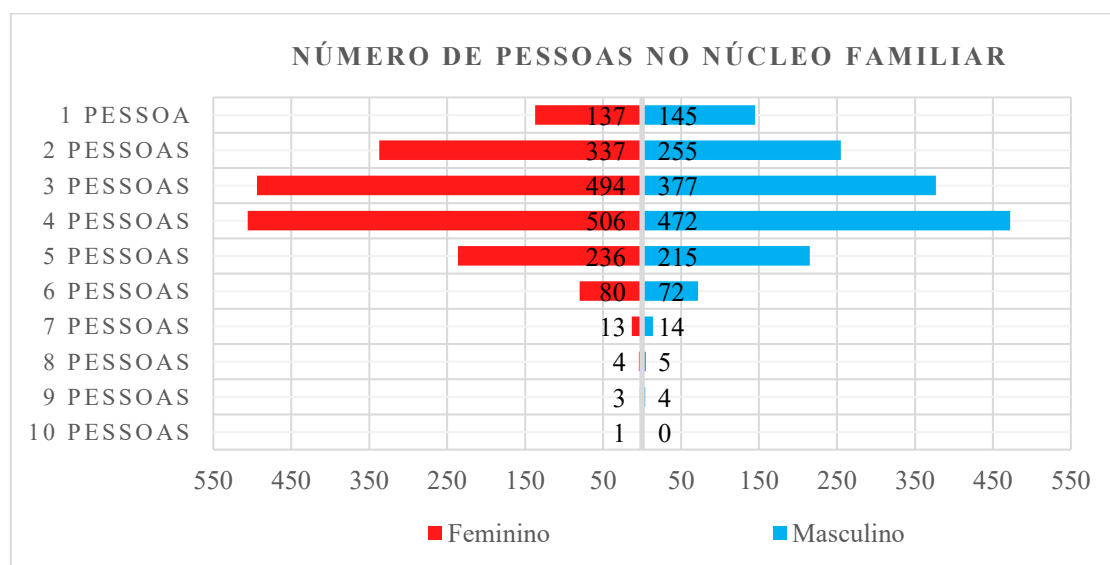


Gráfico 7. Número de pessoas no núcleo familiar dos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Famílias com mais membros tendem a enfrentar maiores desafios econômicos, intensificando a vulnerabilidade social dos estudantes. Nesse contexto, o Auxílio Alimentação desempenha um papel fundamental ao contribuir para a subsistência do aluno, permitindo sua concentração nos estudos e fortalecendo seu vínculo com a instituição (Frigotto, 2010).

Para evidenciar a vulnerabilidade socioeconômica do público atendido, o Gráfico 8 revela que mais de 85% dos estudantes possuem uma renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo.

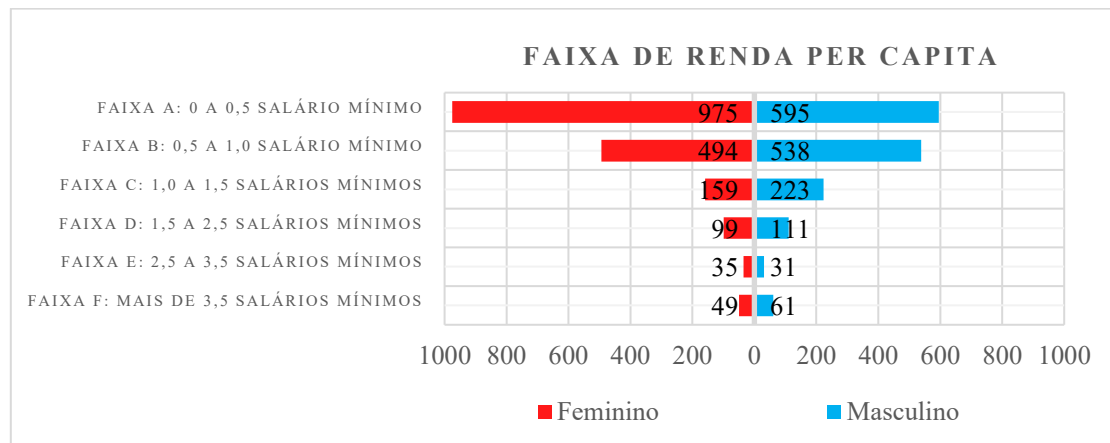


Gráfico 8. Faixa de renda per capita dos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A alta concentração de estudantes nas faixas de renda mais baixas (entre 0 e 1 salário mínimo per capita) é um dos principais indicadores direto da vulnerabilidade social do público-alvo. Essa realidade socioeconômica sublinha a relevância crítica dos auxílios alimentação. Para esse grupo, o suporte nutricional é não apenas um fator de permanência, mas uma condição essencial para a saúde e o desempenho acadêmico, combatendo diretamente um dos principais motivos de evasão (Ramos; Gonçalves Junior, 2024).

A análise conjunta dos gráficos de Idade, Raça/Cor, Deficiências, Origem Escolar, Condição de Moradia, Área da Residência, Número de Pessoas no Núcleo Familiar e Faixa de Renda per capita delineia um perfil de estudante predominantemente oriundo de contextos socioeconômicos que os tornam intrinsecamente suscetíveis à vulnerabilidade social.

Para esses estudantes, a ausência de suporte adequado pode significar a interrupção de seus percursos educacionais, conforme a perspectiva de Sawaia (2009) de que a vulnerabilidade é uma dinâmica de exposição a riscos.

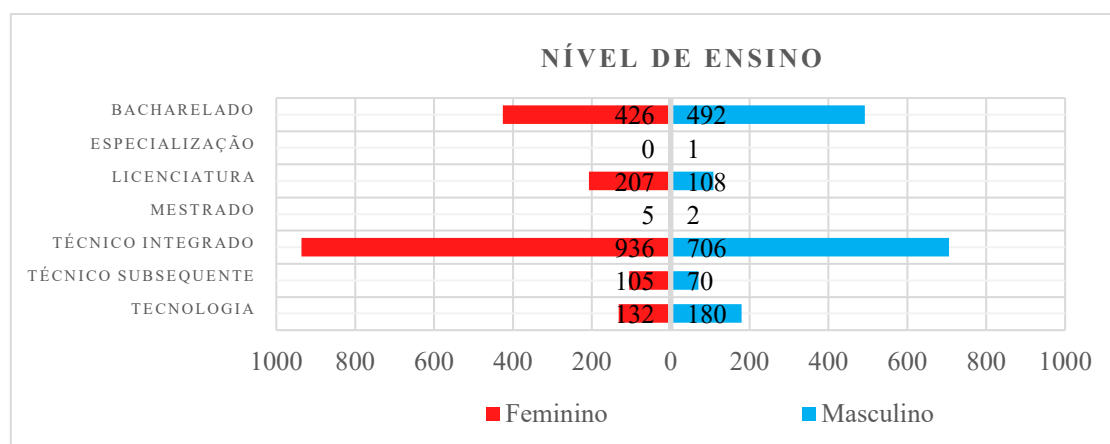


Gráfico 9. Nível de ensino dos cursos dos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A distribuição dos estudantes por nível de ensino, com expressiva presença em cursos técnicos integrados e bacharelados, indica a diversidade da formação oferecida. A análise da

permanência e do êxito escolar deve considerar as especificidades de cada modalidade, pois as necessidades de suporte podem variar.

Os auxílios devem ser adaptados para assegurar que todos os níveis de formação sejam acessíveis e que os estudantes possam concluir seus estudos, combatendo a vulnerabilidade social em suas diferentes manifestações.

Os dados referentes à taxa de evasão em 2024 são apresentados a seguir (Gráfico 10).

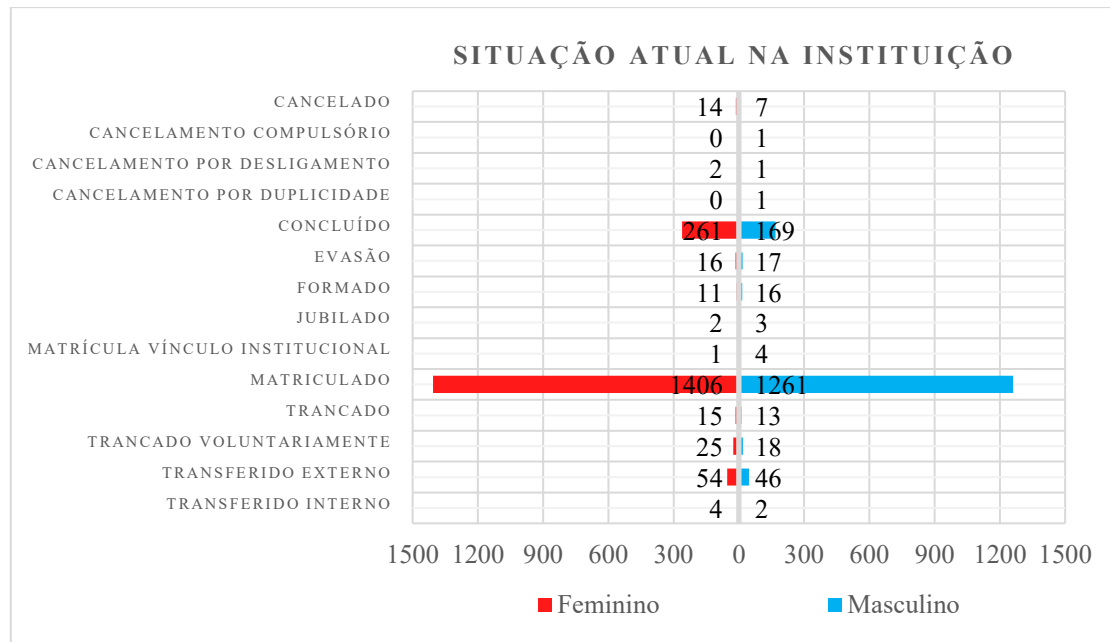


Gráfico 10. Situação atual dos beneficiários no IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A eficácia da política de assistência como ferramenta de retenção e promoção do êxito escolar é corroborada pela situação atual dos beneficiários na instituição.

A pesquisa identificou que a vasta maioria do público atendido permanece com vínculo ativo, totalizando 2.667 estudantes matriculados, além de registrar um contingente relevante de 430 alunos que atingiram a conclusão de seus cursos no período analisado.

Em contrapartida, os índices de evasão mostram-se residuais diante do universo de 3.370 beneficiários, o que reforça o papel estratégico do auxílio na mitigação dos riscos de interrupção dos estudos causados por carências materiais. Portanto, os Auxílios Alimentação consolidam-se como um pilar de dignidade e equidade, transformando-se em um investimento que assegura a permanência e promove o sucesso acadêmico no ensino federal.

O Gráfico 11 revela que mais de 80% dos estudantes mantiveram suas frequências às aulas com índices altos.

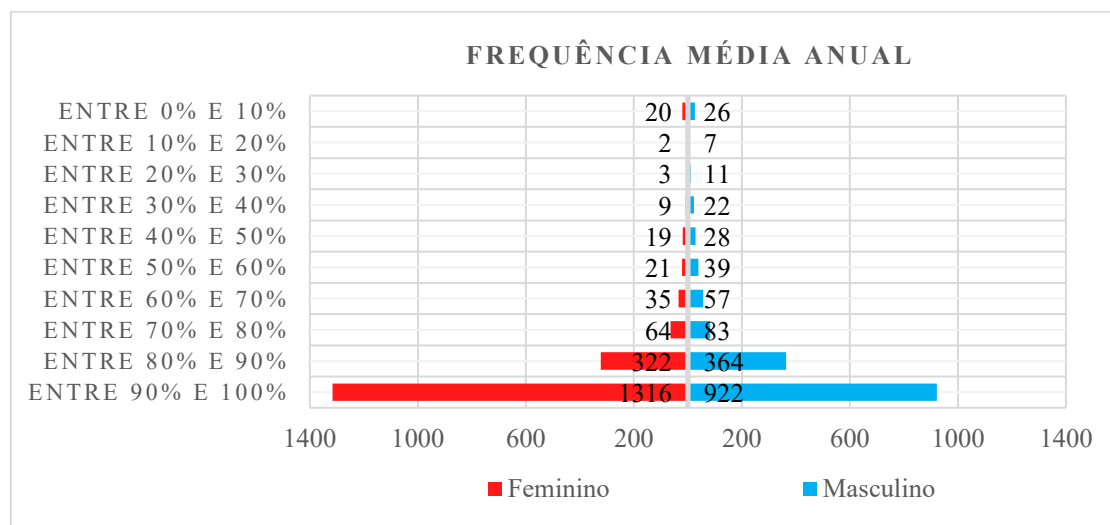


Gráfico 11. Frequência média anual dos beneficiários no IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A análise integrada dos indicadores de frequência e do vínculo institucional permite responder à questão central desta pesquisa sobre o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência estudantil.

A predominância de beneficiários com alta frequência média anual (80% a 100%) configura-se como um indicador positivo de engajamento acadêmico, com uma concentração expressiva de 2.238 estudantes na faixa de 90% a 100% de assiduidade. Essa regularidade sugere que, uma vez mitigadas as barreiras iniciais da vulnerabilidade social por meio do suporte alimentar adequado, os discentes conseguem manter a constância necessária ao aprendizado. Assim, a alta frequência não apenas reflete a efetividade das políticas de assistência em manter o aluno presente no ambiente educacional, mas também se consolida como um elemento essencial para a construção do êxito escolar e para o fortalecimento do vínculo com a instituição.

A análise de quantos meses o estudante recebeu auxílios (Gráfico 12) aponta uma necessidade de melhor estabilização da oferta dos benefícios.

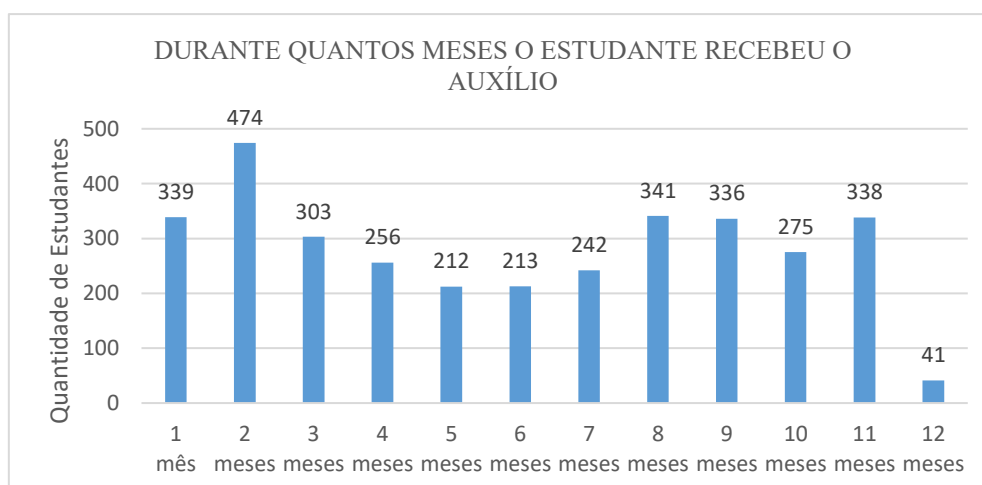


Gráfico 12. Número de meses de recebimento de auxílios pelos beneficiários do IFTO em 2024.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O gráfico 12 revela que muitos estudantes são beneficiados por um período prolongado, com um número considerável recebendo suporte por 8 meses ou mais. A continuidade desse suporte por períodos prolongados, como observado, é crucial, pois as condições de vulnerabilidade social não são superadas de forma pontual.

Para Nogueira e Catani (1998), a política de assistência estudantil visa criar condições mínimas para que os alunos possam se manter e concluir seus cursos. No entanto, essas ações devem ser contínuas e integradas, com sensibilidade às realidades diversas dos estudantes.

Um apoio consistente, portanto, é fundamental para que o estudante complete sua jornada acadêmica.

5. Conclusões

A presente pesquisa buscou analisar o impacto dos Auxílios Alimentação na permanência dos estudantes do IFTO em 2024, revelando de forma contundente que esta política de assistência estudantil não é apenas um suporte complementar, mas um pilar estratégico na mitigação da vulnerabilidade social e na promoção do êxito escolar.

Nesse cenário, o Auxílio Alimentação emerge como um dos instrumentos mais eficazes. A análise da "Situação atual dos beneficiários no IFTO em 2024" e da "Frequência média anual dos beneficiários do IFTO em 2024" corrobora a sua vital importância: a alta proporção de estudantes matriculados e concluídos, em conjunto com uma frequência média anual expressivamente elevada (80% a 100%), sugere que o suporte material, em especial o alimentar, é um fator determinante para a continuidade acadêmica. Este auxílio transcende a simples provisão de recursos; ele atua diretamente na garantia da dignidade, na redução do estresse e da insegurança alimentar, e na otimização da capacidade de concentração dos estudantes.

Em síntese, os Auxílios Alimentação no IFTO em 2024 demonstram ser mais do que uma medida compensatória; são um investimento social e educacional com retornos tangíveis em termos de permanência e êxito escolar. Ao abordar uma necessidade fundamental, esses auxílios não apenas combatem a evasão, mas também promovem a equidade e a inclusão, reforçando o papel social do IFTO e o compromisso com a democratização do acesso e da conclusão do ensino para todos, especialmente para aqueles que mais enfrentam desafios.

A análise contínua e o aprimoramento dessas políticas são, portanto, essenciais para consolidar o direito à educação plena e transformadora para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Organização e introdução de Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RAMOS, Ana Carolina; GONÇALVES JUNIOR, Oswaldo. Abandono e evasão escolar sob a ótica dos sujeitos envolvidos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e268037, 2024.
- SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006.